



Ano Letivo 2019/2020

REGIMENTO INTERNO

Educação para a Cidadania

Artigo 1.º

Definição:

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.

Artigo 2.º

Composição:

Coordenadora, Equipa da Cidadania, Docentes do Departamento de Ciências Sociais e Humanas e Docentes do 1º ciclo.

Artigo 3.º

Competências:

1. São competências da Equipa da Cidadania:

- a) Planificar, no início do ano escolar, as atividades letivas e não letivas, a médio e longo prazo.
- b) Propor estratégias em função das metas curriculares.
- c) Participar na elaboração do Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades e Regulamento Interno do Agrupamento.
- d) Apoiar os professores, nomeadamente, na partilha de experiências, materiais didáticos e recursos de formação.

Artigo 4.º

Coordenação

1. A Equipa da Cidadania é coordenada por um professor designado pelo Diretor.
2. A cessação de funções pode ocorrer a pedido do interessado no final do ano letivo ou a todo o tempo por decisão fundamentada do Diretor ouvido o Conselho Pedagógico.

Artigo 5.º

Competências do Coordenador

1. Ao Coordenador da Equipa da Cidadania compete:
 - a) Convocar e presidir às reuniões de Equipa da Cidadania;
 - b) Orientar e coordenar a Equipa da Cidadania;
 - c) Coordenar a planificação das atividades e promover a cooperação entre todos os docentes da Equipa;
 - d) Apresentar no final de cada ano letivo o relatório das atividades desenvolvidas pela Equipa;
 - e) Estimular a formação contínua dos docentes e apoiar os menos experientes;
 - f) Propor a aquisição de novo material e equipamento, ouvido os respetivos docentes;

Artigo 6.º

Funcionamento:

1. A Equipa reunirá, no mínimo, duas vezes por período.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no sentido de garantir o seu eficaz funcionamento, a Equipa poderá reunir, extraordinariamente, sempre que o seu coordenador ou a maioria dos seus membros entendam ser necessário.
3. As reuniões, ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas pelo Coordenador, com antecedência de 48 horas, através de convocatória enviada por correio eletrónico do Agrupamento.
4. De tudo o que ocorrer nas reuniões, será lavrada uma ata.
5. A elaboração da ata de cada reunião, seguirá a ordem alfabética do primeiro nome próprio de cada elemento da equipa. As atas são elaboradas em suporte informático, impressas, paginadas, rubricadas e assinadas pelo Coordenador e pelo Secretário

Artigo 7.º

Quórum

1. Os órgãos colegiais só podem, em primeira convocação, deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto.
2. Sempre que se não disponha de forma diferente, não se verificando na primeira convocação o quórum previsto no número anterior, será convocada nova reunião, com intervalo de pelo menos, vinte e quatro horas, prevendo-se nessa convocação que o Órgão delibere desde que esteja presente um terço dos seus membros com direito a voto, em número não inferior a três.

Artigo 8.º

Faltas a reuniões

1. A ausência a reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos da lei é considerada falta do docente, justificada nos termos da lei.

Artigo 9.º

Obrigatoriedade de voto

1. Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes a que ela respeita.
2. No silêncio da Lei, é proibida a abstenção aos membros dos órgãos colegiais consultivos que estejam presentes à reunião e não se encontrem impedidos de intervir.

Artigo 10.º

Obrigatoriedade de voto

3. Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes a que ela respeita.
4. No silêncio da Lei, é proibida a abstenção aos membros dos órgãos colegiais consultivos que estejam presentes à reunião e não se encontrem impedidos de intervir.



Artigo 11.º

Redação Final:

1. O regimento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação, mencionada na respetiva ata.
2. O regimento será colocado na plataforma do Agrupamento.

Artigo 12.º

Omissões:

Em tudo o que não esteja previsto no presente regimento, serão aplicadas as normas legais em vigor.

Aprovado em reunião da Equipa da Cidadania, realizada no dia 02 de julho de 2019

A Coordenadora da Equipa de Educação para a Cidadania

(Sara Catarina Moreira Barbosa)